

Significado e valor de verdade

[*Meaning and truth value*]

JOSÉ CLÁUDIO LUIZ NOBRE

Professor de estudos linguísticos na Rede de Ensino Doctum – DOCTUM,
Ipatinga, Minas Gerais, Brasil; Doutorado em curso pela PUC-MG.
[jclnobre@gmail.com]

RESUMO

Este texto apresenta, sucintamente, questões relacionadas ao processamento de sentido e ao valor de verdade sob a perspectiva das semânticas formal, enunciativa e cognitiva. É resultado de percepções construídas a partir de uma leitura possível do texto *Semântica*, escrito por Oliveira (2001), conexo com *Semântica*, escrito por Chierchia (2003).

Palavras-chave

Semântica formal; Semântica enunciativa; Semântica cognitiva; Significado; Valor de verdade.

ABSTRACT

*This paper presents briefly issues related to processing of meaning and truth value, from the perspective of Formal Semantics, Cognitive and enunciative. It is the result of perceptions built from a possible reading of the text *Semântica*, by Oliveira (2001), connected with *Semântica*, by Chierchia (2003).*

Key-words

Formal semantics; Enunciative semantics; Cognitive Semantics; Meaning; Value truth.

Introdução

Na “história” dos estudos de Semântica, verificam-se, facilmente, diferentes propostas/abordagens para o estudo do significado, e tais abordagens são, por sua vez, diferentemente sintetizadas por estudiosos da área. Cita-se, como exemplo, o estudo/síntese de Chierchia (2003) em comparação com o estudo introdutório de Oliveira (2001). Ambos apontam três distintas abordagens dos estudos do significado, mas o primeiro relaciona: i) a abordagem denotacional, ii) a representacional/ mentalística e iii) a pragmático-social; enquanto o segundo: i) a formal, ii) a da enunciação e iii) a cognitiva, que a autora chama respectivamente de Semânticas formal, da enunciação e cognitiva.

Nas seções a seguir apresenta-se a perceptível aproximação teórica entre os dois referidos estudos. Neste texto, opta-se por apresentar questionamentos e possíveis aplicações às teorias por meio de análises de charges, que serão apresentadas ao longo da própria exposição teórica.

1. A construção lógica do sentido e da verdade referenciada

Historicamente, o problema da significação e/ou do valor de verdade/falsidade dos enunciados apresentados nesta seção antecede os demais estudos de semântica¹ e também é visto, por muitos, como conhecimento suplantado. A questão do sentido foi inicialmente apresentada a partir da proposição de que as *sentenças*² se estruturam por meio da lógica, como postulou a clássica análise aristotélica, e realizam relações de significado que se constroem independentemente do conteúdo das expressões.

Está-se diante da clássica estratégia lógica de dedução da “verdade” a partir de premissas [*Todo homem é mortal* (premissa maior). *Pedro é homem* (premissa menor). *Logo, Pedro é mortal* (conclusão).] a cuja estrutura se pode estabelecer um paradigma que descreve as relações de sentido por meio de letras vazias de conteúdo. Nas sentenças acima, pode-se formular: *homem* \cong A; *mortal* \cong B; *Pedro* \cong C; e, assim, obter: se A \cong B e C \cong A, logo, C \cong B; ou, ainda, “se ‘A’ é um conjunto qualquer que está contido em

1 Estudos semânticos associados à perspectiva lógica/formal podem ser vistos em Lyons (1977), Kempson, Ilari & Galdi (1985) etc.

2 Por ter-se utilizado “sentença” em vez de “enunciado”, cabe estabelecer uma distinção: nota-se que na linguística do discurso tem-se usado *frase/sentença* para designar “a unidade formal do sistema da língua, estruturada de acordo com os princípios da gramática, passível de um sem-número de realizações”; e *enunciado* para nomear uma “manifestação concreta de uma frase, em situação de interlocução”. Destarte, uma sentença gramaticalmente estruturada é considerada enunciado cada vez que for pronunciada por indivíduos diferentes ou pelo mesmo indivíduo, em momentos diferentes.

outro conjunto qualquer, o conjunto 'B', e se 'C' é um elemento do conjunto 'A', então, 'C' é um elemento do conjunto 'B'.

Oliveira (2001) associa a lógica aristotélica à *Semântica formal* (doravante SF), para a qual “o significado é um termo complexo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência”³ (OLIVEIRA, 2001, p. 18) e o problema do significado é descrito “a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 19). Segundo essa autora, na SF a linguagem é um meio para se alcançar uma verdade que estaria fora da linguagem, o que permitiria falar objetivamente sobre o mundo das coisas e adquirir um conhecimento seguro sobre ele; mas ela afirma também que, segundo Ducrot (1979, 1987)⁴, a visão de linguagem que subsidia a SF seria inadequada exatamente porque ela se respalda em um modelo informacional em que o conceito de verdade é externo à linguagem e, como esta (a linguagem) constitui o mundo, não é possível “sair fora dela”.

Nesse mesmo domínio, Perelman (1996) alerta para o fato de que, à demonstração das proposições lógicas, tem bastado a indicação de procedimentos mediante os quais elas podem ser obtidas como última expressão de uma sequência dedutiva, cujas primeiras premissas advêm de um sistema axiomático dentro do qual se efetua a demonstração da verdade. Todavia, o lógico formalista considera alheias à sua disciplina questões como: *de onde vêm aquelas premissas: sejam elas verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares ao autor.*

Nesse caso, a admissão da sequência dedutiva, dentro de um princípio de verdade, depende menos da consideração relativa à origem dos axiomas ou das regras de dedução, ou, ainda, do papel que o sistema axiomático representa na elaboração do pensamento, do que se tal sequência tem forma igual a outra sequência de signos, se é considerada válida por ser um axioma ou uma expressão dedutível. Sinteticamente, pode-se dizer o seguinte: para a SF, o sentido (por extensão, a verdade) das palavras sentenças se constitui da relação entre a palavra e a coisa referida (a referência no mundo). De certa forma, essa visão da SF convida a si o que Chierchia (2003) chama de “abordagem denotacional”. Em tal abordagem, está pressuposta a língua como organização de palavras e regras de combinação e tais regras apontam para o “Princípio da Composicionalidade”⁵, cuja primeira formulação é, segundo Carnap (1947 *apud* Salguero-Lamillar,

3 Note-se uma alusão ao sistema de referências postulado em FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978. Embora se tenha optado por não pautar nossos estudos pelo viés da referência, vale perceber que esse estudo foi citado, indiretamente, ao longo deste texto.

4 Ref. a DUCROT, O. *Princípios de Semântica linguística* (dizer e não dizer). São Paulo, Cultrix, 1979. E a DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

5 Neste texto, não se trata da teoria da composicionalidade, embora se faça alusão a ela.

2010)⁶, atribuída a Frege, para quem o significado de uma expressão complexa depende do significado das expressões que a constituem.

O central na perspectiva denotacional da Semântica é a “ligação” entre a referência de uma sentença/expressão linguística e o critério de atribuição de verdade/falsidade de tal referência, isto é, o significado de uma expressão linguística deve permitir que se identifique uma realidade no mundo para que se possa atribuir-lhe um valor de verdade/falsidade. Sem essa associação, o que se afirmar em relação a uma dada sentença permanece em um campo indeterminado de valor: não pode ser nem verdadeiro nem falso.

Assim, em 2008, por exemplo, a expressão “a atual presidenta do Brasil”, ainda que pudesse ser entendida no nível da produção de sentido, não seria valorada como possível ou não-possível, verdadeiro ou falso. Se dita agora (em 2011), para a perspectiva denotacional, tal sentença garante a produção de sentido (“uma mulher que governa um país chamado Brasil, em um sistema denominado presidencialismo”) e aponta para uma realidade no mundo, um referente (Dilma Rousseff). Além disso, é possível indicar um mesmo referente a partir de diversas sentenças/expressões linguísticas. Considerando-se as informações de “autoimagem” apresentadas no *site* <http://www.dilma.com.br/biografia> (acessado em 04-03-11), poder-se-ia chegar ao mesmo referente acima exposto (Dilma Rousseff) se utilizadas expressões como “a menina que sabia dividir”⁷.

Vê-se que a ênfase da SF é a relação entre a sentença e o evento que tal sentença descreve. Nesse sentido, o significado está diretamente ligado, equiparado às condições de verdade/falsidade da sentença que o descreve. Aquilo que, formalmente, chama-se de significado de uma sentença “consiste nas condições em que ela é verdadeira; estas condições dependem da referência dos termos de que a sentença é constituída.” (CHIERCHIA, 2003, p. 47).

Tal percepção teórica vê a linguagem como um sistema denotativo, cujo processo de produção de sentido privilegia sentenças que visam chegar a referentes do mundo. Assim, na perspectiva da SF, associada à “perspectiva denotacional”, em que se privilegia o método da lógica aristotélica, a construção lógica do sentido aponta para uma verdade referenciada, em que o valor de verdade das sentenças não está na linguagem, mas nos fatos do mundo.

Parece óbvio que tal percepção possa ser questionada quando pensada em construção de charges, por exemplo. Veja-se que não seria possível atribuir sentido às charges a seguir se o significado de uma expressão linguística exigisse apenas uma identificação com uma realidade no mundo para que se pudesse atribuir-lhe um valor de verdade/falsidade,

6 Referência a CARNAP. Rudolf. *Meaning and Necessity*. Chicago: Chicago University Press, 1947.

7 Vide anexo.

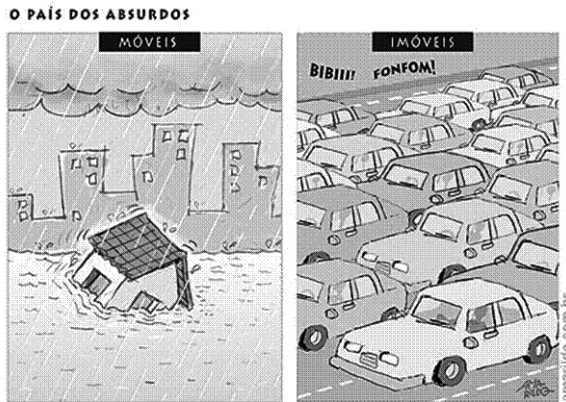
conforme se afirma acima. Se o central é a “ligação” entre a referência de uma sentença/expressão linguística e o critério de atribuição de verdade/falsidade de tal referência, seria anômala a possibilidade de sentido nestas charges.



Duke. Super Notícia-MG. Em 09-01-11 Duke. www.duckechargista. 23-03-11.

Note-se que é possível significar a primeira charge (à esquerda) relacionando-a a um contexto social em que são frequentes notícias de crimes à mão armada: evidencia-se o crescente número de uso de armas de grosso calibre por pessoas ligadas ao crime, ainda que a expressão linguística “coloque” armas portando pessoas de grosso calibre. Da mesma forma, a charge 2 (à direita) constrói uma crítica às péssimas condições das estradas, sobretudo após as chuvas de março. É importante salientar que o estranhamento da sentença não impede a percepção da ênfase dada pelo chargista à existência de muitos buracos nas vias públicas.

Este outro exemplo ilustra e refuta a assertiva de que “o significado é um termo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência”, ou de que “a linguagem permitiria falar objetivamente sobre o mundo das coisas e adquirir um conhecimento seguro sobre ele” (OLIVEIRA, 2001, p. 18). Consideremos que a) “móvel” seja tomado pela SF como característica de um objeto ou corpo que movimenta e b) “imóvel” como referência a algo que não se move, sem movimento, parado. O mais provável é associar “carro” à primeira categoria e “casa” à segunda. No entanto, a relação aparentemente simples e certa é colocada em jogo na charge a seguir:



Amarildo. A Gazeta-ES, 20-03-11

Veja-se que há circunstâncias reais em que é possível predicar “casa” e “carro” como móvel e imóvel respectivamente, o que seria um problema à ligação palavra/mundo da SF. Vê-se, então, que a produção de sentido requer um complexo de mecanismos inicialmente desconsiderados pela SF. Sabe-se, todavia, que outros estudos cuidaram de explicar aspectos não postulados por este campo da Semântica.

2. Sentido e verdade negociados

Considerando-se, com Ducrot (1979 *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 28)⁸, que a SF teria caído na ilusão, criada pela própria linguagem, de que esta se refere a algo externo a ela mesma, de onde retira a sua sustentação, arrola-se outra percepção da construção de sentido/verdade dos enunciados: a da verdade negociada em práticas linguageiras, segundo a Semântica Enunciativa (SE).

A linguagem, para a SE,

é um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções. A verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação. Assim, a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma ‘argumentalogia’; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade. (DUCROT *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 28).

⁸ Referência a DUCROT, O. *Princípios de Semântica Linguística* (dizer e não dizer). São Paulo, Cultrix, 1979.

Para a autora, a SE trabalha com esta concepção de linguagem e interação construtoras da ciência, dos sujeitos interativos, do sentido, do mundo. Vê-se que, ao contrário da SF, para a SE a verdade é sempre relativa ao seu meio de produção, sempre negociada entre os interlocutores. Em vez de sentença com sentido lógico e referente no mundo, a SE trabalha, neste modelo, com *cadeias discursivas* (inter) construídas, a partir das quais se constroem enunciados com leituras possíveis relativas à condição em que estes foram produzidos.

Como a verdade é argumentada, negociada pelos interlocutores nas interações, segundo Oliveira (2001), nas versões mais atuais da SE, considera-se a possibilidade de vários enunciadores constituírem um só enunciado e formarem o “quadro institucional” que referenda o espaço discursivo em que o diálogo vai se desenvolver. Esse delineamento aponta para a polifonia constituinte dos enunciados, já que um interlocutor, em circunstâncias de interação, poria em cena um diálogo entre enunciadores. Tal estrutura polifônica, por sua vez, aponta para a possibilidade da existência de tipos de negação. Por exemplo, a *polêmica*, em que se negaria o enunciador pressuposto; a *metalinguística*, em que se negaria e enunciador posto; e a descritiva, em que o locutor descreve negativamente um estado do mundo.

Nessa concepção, em um enunciado como:

(1) *Maria parou de fumar.*

há, presentes, dois enunciadores: um (E1) que afirma que *Maria fumava* (pressuposto), e outro (E2) que diz que *Maria já não fuma mais* (o posto). Se se nega E1, realiza-se uma negação polêmica; se E2, uma negação metalinguística. A negação descritiva, cujo estudo teria sido uma contribuição de Ducrot, estaria em enunciados como:

(2) *Não há uma nuvem no céu.*

Neste caso, o locutor descreve um estado de mundo negativamente: na sua enunciação não haveria um enunciador que retomasse a fala de outro, negando-a; haveria apenas um locutor descrevendo um estado do mundo, utilizando a negação. Ressalva-se, porém, que uma negação descritiva, nesses termos, se aproxima da busca de valores de verdade a partir de referentes no mundo, idêntico ao que se mostrou na seção anterior.

É preciso verificar, no entanto, se o que se diz aqui a respeito da negação dá conta de usos da negativa como o que se vê na charge a seguir:



Note-se que a negação no enunciador 2, se tomada isoladamente, caracteriza-se como descritiva “o senhor não fez nada, Padim”. Mas se avaliada na totalidade da charge e se concebida a inferência de que o enunciador 1 (José Serra) tenha feito algo que lhe tenha causado a rejeição popular, poder-se-ia pensar a negação do enunciador 2 em relação ao enunciador 1 e caracterizá-la como metalinguística. Mas sucede que o enunciador 1 não diz ter feito algo, ainda que esteja entendido que o povo o rejeita e que haveria uma razão para isso, e esta razão é negada. O que poderia ser uma afirmação de bons feitos do enunciador 1 (José Serra) passa a ser uma afirmação de “nada feito” por ele.

A meu ver, confirma-se, assim, uma possibilidade de negação ainda não bem esclarecida pela teoria da SE. Inobstante a isso, verifica-se, conforme dito acima, o uso da linguagem, da interação linguística na construção de sujeitos interativos, do sentido, do mundo. Vê-se uma verdade negociada entre os interlocutores; não só entre os enunciadores 1 e 2 da charge, mas, sobretudo, entre o chargista e o leitor.

* * *

A título de exemplificação, façamos, aqui, uma espécie de aparte, uma pequena digressão, e tratemos de um operador argumentativo, por vezes estudado na SE, sob a perspectiva pragmática. Trata-se do operador *mas*, que aparece descrito e analisado em estudos da SE relacionados ao gerenciamento de vozes textuais.

Assim, nos enunciados:

(3) *João foi ao cabeleireiro, MAS⁹ não cortou o cabelo.*

(4) *João não está cansado, MAS¹⁰ deprimido.*

ter-se-iam, respectivamente, dois sentidos de *mas*. O primeiro se caracteriza por apresentar um raciocínio do tipo: “a primeira sentença nos leva a supor uma conclusão e esta é negada pela segunda sentença” (OLIVEIRA, 2001, p. 31). O segundo estabelece uma relação semântica. “Nele, a primeira sentença nega fortemente uma fala que supostamente a antecede e repara, na segunda sentença, o que foi dito na primeira.” (OLIVEIRA, 2001, p. 31).

Tomados os exemplos, ter-se-ia a seguinte distribuição dos enunciadores: em (3), um enunciador E1 afirma que *João foi ao cabeleireiro*, e essa sentença supõe uma conclusão,

(5) *João teria cortado o cabelo*

mas um outro enunciador, utilizando-se do *MAS*, nega a conclusão suposta: E2: *João não cortou o cabelo*. O *mas* é o operador argumentativo por meio do qual se constrói a relação entre as duas sentenças. Em (4) tem-se uma série mais complexa de enunciadores: E1 (enunciador implícito) afirma que *João está cansado*; essa fala é negada por E2 (E2: *E1 é falsa*): *João não está cansado*; e E3 descreve o estado de João: *João está deprimido*.

Vale notar que estes mecanismos indiciadores de polifonia apontam para o ‘como se articulam os mundos/domínios discursivos evidenciados por essas vozes’ e o ‘como a diversidade de vozes é modalizada para formar uma unidade de texto’. A breve apresentação de tais mecanismos se deve ao interesse de mostrar que a escolha de um ou outro operador discursivo sinaliza a intencionalidade de quem enuncia e evidencia a forma como o sujeito-enunciador vê, modaliza e diz, em unidades discursivas, o mundo. E essa forma de dizer circunscreve (e está circunscrita em) os sujeitos enunciadores e a própria condição de produção do enunciado. Assim, se escolhesse em vez de *mas* na sentença (3), o e:

(6) *João foi ao cabeleireiro E não cortou o cabelo*

poder-se-ia afirmar, à luz da SF, que em (3) e (6) está-se diante das mesmas realidades objetivas, das mesmas verdades, já que as duas sentenças apontariam para o mesmo referente. Mas, em consonância com a SE, numa

⁹ Espera-se que João tenha cortado o cabelo.

¹⁰ Note-se um *MAS* polêmico.

perspectiva Pragmática, essa hipótese fica descartada: é evidente que a forma de comprometimento do sujeito-enunciador com cada um dos enunciados é diferente; além disso, uma ou outra escolha sinaliza o modo como os interlocutores se relacionam com aquelas informações, o contexto em que elas são produzidas e o contexto que elas produzem¹¹.

Algumas vezes a negação ultrapassa as condições da verdade que promove com um enunciado. É possível, também, desconsiderar-se um conjunto de enunciados e negar-se o enunciador que os enuncia. Uma evidência dessa forma de negação pode ser ilustrada na seguinte interação¹²:



Note-se que há uma pergunta cuja resposta é negada, ignorada. A verdade ou realidade argumentativamente construída pelo interlocutor 1 é negada pelo parceiro na interação. O que parece uma *negação polêmica* internamente à charge desbanca uma possível interação. É claro que este é um jogo construído pelo chargista, para realizar, com o leitor da charge, uma significação focada na avaliação que se faz do sujeito que se constrói na voz do interlocutor 1: “é um besta, mas não sabe!”.

* * *

11 A noção de contexto que se evidencia nesse trecho é a apresentada por Lévy (1993, p. 22), em que, segundo o autor, “o jogo da comunicação consiste em, através de mensagens, precisar, ajustar, transformar o CONTEXTO compartilhado pelos parceiros”. “O contexto, longe de ser um dado estável, é algo que está em jogo, um objeto perpetuamente construído e negociado”. “Palavras, frases, letras, sinais, ou caretas interpretam, cada um à sua maneira, a rede de mensagens anteriores e influem sobre o significado das mensagens futuras”. “O sentido emerge e se constrói no contexto, é sempre local, datado, transitório”. “A cada instante, um novo comentário, uma nova interpretação, um novo desenvolvimento podem modificar o sentido que havíamos dado a uma proposição”.

12 Disponível em <http://www.magiozal.mundo-exotica.net/arquivo/2006/10/culto_e_grosso.htm>. Acessado em 28-02-2011.

Retomando-se a abordagem central desse texto, pode-se dizer, em síntese, que, para a SE, o sentido de palavras, sentenças e textos (por extensão, a verdade) se constrói na relação entre sujeitos falantes, na interação humana promovida pela linguagem.

Com esta abordagem, nota-se uma aproximação do aspecto “pragmático-social” da semântica empreendido por Chierchia (2003). Segundo ele, o significado é uma práxis social. Nesse enquadre, está a Semântica Argumentativa – neste texto, chamada de Enunciativa –, segundo a qual o foco a ser dado ao enunciado está relacionado à eficiência deste nos propósitos de persuasão dos interlocutores. A função da linguagem nessa perspectiva não é, segundo Ducrot (1987), a de falar a respeito do mundo, mas a de convencer o interlocutor a respeito de algo, construído ou a se construir, no mundo.

Toma-se a palavra, dessa forma, em consonância com a teoria da enunciação, seja centrada no sujeito individual, nos moldes de Benveniste (1989, 1995), seja centrada no sujeito social, nos moldes de Bakhtin (1981). Para este autor, “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor.” (BAKHTIN, 1981, p. 112).

Para a SE, a enunciação, condição de o locutor se apropriar da língua colocando-a em funcionamento, é processual; é uma interatividade humana que propicia a realização de enunciados circunscritos em tempos/espacos específicos. Estes, os enunciados, fazem-se no espaço da língua em funcionamento e os sujeitos interlocutores instituídos por tais enunciados são capazes de significar o que se enuncia, no uso real da língua. Nesse contexto, o significado não está pré-definido em palavras, nem é, necessariamente, a relação ou ligação entre um enunciado e uma realidade no mundo. O que se promove, em termos de significação, é também processual, interativo, emergente: a significação emerge na interação, resulta no processo de interação, conforme se mostra a seguir.



Pater. A Tribuna-ES,27-01-11

Note-se que a sequência de palavras da charge, se considerada isoladamente, evidenciaria a construção de uma boa notícia, e evidenciaria a possível eficiência e agilidade dos serviços prestados pelo SUS. No entanto, tais palavras passam a ser significadas na pauta da “ironia” diante do conjunto de dados constitutivos da cena enunciativa em que elas foram “proferidas”. A significação se faz, dessa forma, não pela relação entre palavras e significados preexistentes, mas pela complexa atividade enunciativa em que se ativam conhecimentos dos sujeitos interativos a respeito de SUS, morte, cemitério, túmulo, lápide. Nessa charge, a unidade de sentido construída pelos enunciados não se faz com significado preexistente para “boa notícia” ou “cirurgia de emergência”; ao contrário, constrói-se um SUS ineficiente, que não atende nem às circunstâncias emergenciais de saúde.

Enfim, conceber o significado (ou a significação, para ser mais coerente com a ideia de processo) no uso da língua, traz implicações. Implica, necessariamente, opor-se à noção apresentada pela lógica clássica, pela SF, que define valor de verdade em consonância com o que está fora da linguagem, na relação palavra/mundo. Na perspectiva da SE, falamos para construir o mundo e, a partir dele, convencer nosso interlocutor da nossa verdade; o significado se constrói na e pela linguagem; o que prevalece não é o enunciado em si e a sua relação com um referente no mundo, mas o que se produz em termo de significação com o enunciado em um dado contexto da enunciação, considerando intenções de sentido dos enunciadores.

3. Sentido e verdade cognoscível

Em oposição ao Gerativismo chomskyano¹³, cujos estudos apontam para a centralidade da sintaxe na investigação sobre linguagem, há pesquisadores¹⁴ para os quais o significado é que é central nesse trabalho (embora Chomsky também trabalhe a questão da significação). Trata-se dos estudos de Semântica Cognitiva (SC), segundo os quais “a forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive, a lógica e a linguagem.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

O que se diz é que a significação linguística emerge da nossa interação com o meio que nos circunda; o significado (a linguagem) é resultado dos nossos movimentos corpóreos; o que se opõe à concepção denominada *objetivista* para a qual o significado teria como base a referência e a verdade¹⁵, e a linguagem estaria em uma relação de correspondência direta com o mundo.

Eis que a SC parece aproximar-se mais da SE do que da SF, já que a SC e a SE descartam a hipótese da referência apresentada pela SF. Todavia, ao contrário da SE – cuja crença se baseia na ideia de que a referência é construída na e pela própria linguagem, e que esta é um jogo argumentativo –, a SC postula uma abordagem experientialista e se afasta da proposta relativista. Isto é, “a hipótese central de que o significado é natural e experiencial se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas, como o meio ambiente em que vivemos.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

Nesse sentido, o significado corpóreo não seria nem exclusivo, nem prioritariamente linguístico. O esquema mental (imagético cinestésico) que surgiria diretamente de nossa experiência corpórea com o mundo (ponto de partida, percurso, ponto de chegada, por exemplo) ancora o significado de nossas expressões linguísticas sobre o espaço. “São, portanto, as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões linguísticas.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

Exemplifiquemos com uma charge, cuja significação requer um processamento cognitivo relacionado à nossa capacidade de espacialização.

13 Sobre os trabalhos de pesquisa chomskyanos, nossos estudos se basearam em COMSKY (1971 e 1994), SCARPA (2001) e BERLINCK et. al. (2001).

14 OLIVEIRA (2001, p. 33) trata da Semântica Cognitiva e afirma ser a publicação, em 1980, de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson um dos marcos inaugurais desse estudo. No Brasil, ela cita PONTES, E. *A Metáfora*. Campinas, UNICAMP, 1990. E, também, LIMA, P. L. O Substantivo cabeça relacionado à Razão/emoção no sistema conceitual do inglês e do Português. *Anais do 1º Encontro do CELSUL*, v.1, pp. 723-733, 1997.

15 Neste contexto, verdade equivale ao mundo concebido objetivamente de uma única forma correta.



Note-se que a nossa relação com a espacialização permite a noção de embaixo/em cima, o que na charge acima permite significar o “embaixo” como uma falta de sucesso e o “em cima” como o êxito esperado. Isso vale tanto para a referência “mais física” – em relação aos mineiros do Chile – quanto para a “menos física” e, sobretudo, cognitiva – em relação à campanha do candidato à presidência José Serra.

Acredita-se que as nossas relações corpóreas com o mundo, mesmo ainda antes que falássemos, estruturam esquemas imagéticos, não-proposicionais, com os quais atribuímos sentido às nossas sequências linguísticas. Citam-se: a) CAMINHO: os nossos deslocamentos de um lugar para outro; B) RECIPIENTE: o esquema de estar dentro e fora de algum lugar; c) BALANÇO: aprendido em nossos ensaios para ficar em pé.

Mostra-se que em

- (7) *Fui de Belo Horizonte a São Paulo;*
- (8) *Estou em São Paulo;*
- (9) *Vim de São Paulo;*
- (10) *Nasci em Belo Horizonte;*

a construção de sentido não se dá com a relação de correspondência com o mundo, nem de dialogia com um outro, nem com encadeamentos discursivos, mas com a presença dos esquemas imagéticos de CAMINHO, em (7) e (9), e de RECIPIENTE, em (8) e (10), mesmo que não se conheça a realidade “Belo Horizonte” ou “São Paulo”. São os esquemas que, para a SC, carregam uma memória de experiência que ampara o nosso falar e pensar; daí ser o significado uma questão de cognição e não um fenômeno apenas linguístico. Crê-se, assim, que a linguagem articulada é uma das manifestações superficiais da nossa estruturação cognitiva; além disso, esta é anterior àquela e lhe dá consciência.

Como nem todos os conceitos são resultantes de esquemas, tais quais se acabou de mostrar; e como também há determinados domínios da experiência

humana, cujo sentido depende de mecanismos de abstração e não somente da relação corpórea; a SC, portanto, trabalha com o conceito de *metáforas*, aqui vistas como o mapa (conjunto de relações entre entidades definidas abstrata e logicamente) entre um domínio da experiência e outro domínio¹⁶. Note-se que, nesse contexto, tal conceito não se confunde com a figura de linguagem que se aprende a classificar na escola. Na perspectiva de Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é concebida como um processo cognitivo que nos permite construir e/ou mapear esquemas mentais aprendidos de forma direta pelo nosso corpo. Tais esquemas são acionados em domínios mais abstratos cuja experimentação nos é indireta.

Sob essa perspectiva, sentenças como:

- (11) *De ontem para hoje, Carlos ficou doente;*
- (12) *O seminário foi de segunda a sábado;*
- (13) *Ele está de mal a pior;*
- (14) *João deu este presente a Maria;*

se constroem como metáforas do CAMINHO: todas elas têm correspondência com o esquema espacial e podem ser mapeadas para outros domínios: a noção de tempo linear em (11) e (12), um ponto de partida do movimento temporal, um percurso de decorrência do tempo, outro ponto de chegada: ONTEM→→HOJE e SEGUNDA→→SÁBADO; a passagem de um estado emocional a outro, em (13): MAL→→PIOR; o conceito de transferência de posse em (14) JOÃO→→MARIA. Crê-se que, dessa forma, com esquemas metafóricos, constroem-se inferências e sentido, mesmo que não seja possível mapear alguns aspectos esquemáticos. A exemplo, não se pode construir com relações espaciais sentenças como “chegou embaixo do tempo”.¹⁷

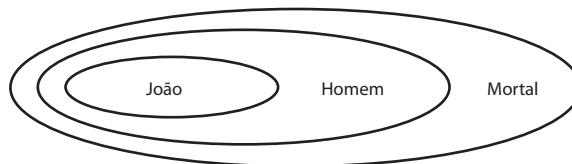
Retoma-se a premissa clássica, apresentada na página 2, para mostrar como, esquematicamente, constroem-se inferências que permitem explicá-la, a luz da SC. Em

- (15) *Todo homem é mortal. Pedro é homem. Logo, Pedro é mortal.*

¹⁶ Nota-se, aqui, uma contradição a se construir: se se percebe e se aceita a relação entre um domínio da experiência e outro domínio (ainda que a SC os chamem de domínios conceituais), não se pode fugir da existência de domínios, que, em última análise, são discursivos; e, como tais, são negociados por interlocutores e construídos na linguagem, através de metáforas, já que a nossa condição corpórea não nos lega o poder de ubiquidade, menos ainda de onipresença física. Não se pode negar que apenas a linguagem tem “extensão” suficiente para que nos entendamos e façamos entender, e, com isso, construamos a imensidão dos símbolos e das representações e nos construamos nela.

¹⁷ Convém notar que se pode construir “chegou dentro/fora do tempo; antes/depois do tempo; em (a) tempo”. E pode-se perceber o uso da metáfora de RECIPIENTE, além da do CAMINHO.

a explicação apresentada pela SC aponta para a metáfora do RECIPIENTE como base corpórea que sustenta o esquema de produção de sentido para sentenças como essas: diz-se que nós estamos sempre “dentro” de algum lugar e, ao mesmo tempo, nosso corpo é um recipiente. Assim, entende-se, na primeira premissa, a maior, o recipiente (ou categoria) maior: mortal, no qual se inclui um menor: homem, que, por sua vez, na segunda premissa, a menor, encerra, em si, João. Como se mostra na figura seguinte:



A metáfora do BALANÇO¹⁸ é exemplificada por Oliveira (2001, p. 37) com o enunciado:

(16) *Pedro não está triste, mas ensimesmado.*

Oliveira assevera que se adotarmos a hipótese de que os esquemas de “apreensão” da realidade são aqueles mais próximos do físico, a base de sustentação do MAS, nesse caso, será o esquema corporal do BALANÇO: “pesamos duas coisas e a balança se pende para uma delas” (OLIVEIRA, 2001, p. 37). No caso, Pedro estaria mais ensimesmado do que triste.

Além dos esquemas imagéticos que se processam por meio de metáforas, a SC trabalha com a ideia de categorias de sentido, que, segundo Wittgenstein¹⁹ (*apud* OLIVEIRA, 2001), organizam-se por relações de semelhanças de família que se processam por meio de metonímias²⁰ – tidas, aqui, como processo cognitivo que permite criar relações de hierarquias entre conceitos. Ter-se-ia formulado a hipótese de que os conceitos se estruturam por

18 Pearce (1996, p. 172-183) refere-se a essa metáfora como *metáfora do equilíbrio* e aponta, neste mesmo contexto, a *metáfora da força e da resistência*. Para explicar a sua compreensão sobre *novo paradigma e a revolução das comunicações*, ele trabalha, ainda, com outras metáforas: *do terremoto, da serpente e do jogo*.

19 Oliveira, embora faça a alusão a esse autor, não o referencia bibliograficamente. O mais provável é que a autora esteja referindo-se ao trabalho do Filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, cujo texto *Investigações Filosóficas*, publicado postumamente (1953), tratou de temas relacionados à filosofia da mente e deu ênfase a questões relativas a intenção, compreensão, categorização, ao discutir quais seriam as características definidoras da palavra *jogo*, por exemplo.

20 Nota-se que, embora sejam apresentadas como distintas, a metonímia, em última análise, é uma espécie de metáfora. Outra observação é que os exemplos apresentados por Oliveira (2001, p. 40) – *cachorro* → *animal*; *mesa* → *móveis* – apontam para o conceito de hiperonímia apresentado por Ilari e Geraldini (1995, p. 51-53).

protótipos. Em suma: os esquemas e as categorias das nossas experiências físicas imediatas se estendem, na direção da abstração, da complexidade, a processos cognitivos da metáfora e da metonímia, respectivamente.

Eis que, também sinteticamente, para a SC, a construção de sentido às palavras sentenças e textos deriva da relação humana com o mundo que nos cerca. É nessa relação que o homem constrói sinapses mentais e, por meio de metáforas linguísticas, dá sentido às palavras e ao mundo. Nessa perspectiva, o significado é a forma pela qual representamos a nossa própria inserção no mundo e na construção daquilo que dizemos.

A charge a seguir exemplifica a atividade cognitiva de significação a partir do esquema imagético de representação do mundo. Nela, a condição de significar o “lá” e o “cá” ou “um lado” / “outro lado” relacionados a uma possível posição partidária da presidenciável Marina Silva é, para a SC, resultante dos nossos esquemas imagéticos relacionados ao BALANÇO, bem como o “dentro” / “fora” resgata o esquema cognitivo do RECIPIENTE, para a significação.



Bello. Tribuna de Minas, 19-10-10

Para a SC, as representações se dão tanto de forma “mais concreta”, da relação sujeito/mundo, por imagens mentais resultantes dessa relação, quanto de forma mais abstrata, mais metafórica²¹, quando se afirma que o significado de uma expressão reside no conceito que associamos a ela, como se vê na charge de Bira, relativa aos mineiros, apresentada na página 14.

A abordagem da SC é apresentada por Chierchia (2003) como “representacional/mentalística”. Nela, como se vê, o significado é motivado, isto é, emerge de significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio, na relação sujeito/mundo acima citada.

21 Também não se trata, neste texto, do papel da metáfora.

Nesse contexto, as formas de percepção que promovem o nosso pensamento estruturam os nossos conceitos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com as pessoas. “Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46), e tem lugar cativo na SC, já que esta concebe a linguagem como uma função cognitiva e o significado como mapeamentos metafóricos, como categorizações feitas a partir da nossa realidade experiencial e física.

É possível verificar como a nossa capacidade de espacialização sócio-cognitivamente adquirida é presente na significação que construímos aos enunciados, se observarmos a charge a seguir.

Está à mostra no texto acima que o enunciado o americano *já deixou o avião e vai tocar nosso solo* sugere significação diferente em cada situação em que, na charge, é proferido. Além de colocar em evidência questões relativas ao processamento dêitico²² na construção do sentido, a charge de Dálcio põe à vista a máxima de que o sentido não está na palavra. Isto é, a significação não depende exclusivamente da palavra. Ela (significação) conta com o tempo/espço em que esta (a palavra) foi dita, com um complexo legado de informações sócio-cognitivamente construído do ato de significar.

Na referida charge, ter como interlocutor o presidente Piñera aciona um legado cognitivo a respeito de “o americano” bem diferente do acionado na situação em que a interlocução é com o presidente Kadhafi. Além de Piñera ativar sinapses relativas ao Chile e Kadhafi à Líbia, os elementos ligados ao contexto histórico-social, ao tempo-espço de produção do enunciado, são cognitivamente “fortes” o suficiente para que a unidade significativa seja realizada diferentemente em cada cena apresentada pelo chargista.

Considerações finais

Viu-se, aqui, muito sinteticamente, como três perspectivas de estudos semânticos tratam a relação entre palavra e sentido. Primeiramente, viu-se como se pensa (ou se pensou) o sentido construído a partir da lógica relação entre palavra e coisa, verdade referenciada. A seguir, tratou-se da percepção de que o sentido é negociado na interação linguística, sem depender necessariamente da ligação entre palavra e realidade física. E, para finalizar, apontou-se, rapidamente, a existência de estudos mais atuais em que se concebe o poder cognitivo de construção e relações imagéticas postas em atividade no complexo processo de significação das palavras e do mundo.

22 Ainda que seja vasta a bibliografia a respeito da dêixis, não se tratou desse fenômeno neste texto.

Sem pretensão de concluir este estudo sobre os valores de sentido sob a perspectiva das três Semânticas acima apresentadas, este texto evidencia a necessidade de se promover uma reflexão a respeito da amplitude e da complexidade de questões relativas à produção de sentido. Importa dizer que o exercício aparentemente simples de transformação de som/palavra/enunciado em significado parece estar sempre além do que se possa fechar em um determinado tratado semântico. Em outras palavras, por mais amplo que seja um determinado estudo, ainda haverá o que se pensar a respeito do processamento de sentido.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2 ed., 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral – I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; Rev. Isaac Nicolau Salum. 4. ed., Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral – II*. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. (Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari). Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- KEMPSON, R. *Teoria Semântica*. São Paulo: Zahar, 1980.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. The Chicago University Press, 1980.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa, Presença, 1977.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- PEARCE, W. Barnett. Novos Modelos e Metáforas Comunicacionais: A Passagem da Teoria à Prática, do Objetivismo ao Construcionismo Social e da Representação à Reflexividade. In: SCHNITMAN, Dora Fried. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. (Trad. Jussara Haubert Rodrigues). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PERELMAN, Chaim. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SALGUERO-LAMILLAR, Francisco J. A validade do(s) Princípio(s) de Frege na análise da linguagem natural. *Kairos. Revista de Filosofia & Ciência*, nº 1, novembro de 2010, p. 43-54.

ANEXO

